

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C568 Cidadania, poder e desenvolvimento no estado democrático de direito 3 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-480-1

DOI 10.22533/at.ed.801202710

1. Democracia. 2. Estado democrático. 3. Direito. 4. Cidadania. I. (Organizador) Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Título.

CDD 321.8

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **CIDADANIA, PODER E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO – VOL. III**, coletânea de dezenove capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse terceiro volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam democracia e administração pública; representação política; violência e prevenção; facetas do conhecimento; e extensão universitária.

Democracia e administração pública traz análises relevantes como bases do ciclo de industrialização, instrumentos de controle, discricionariedade administrativa, meios consensuais de solução de conflitos, imprescritibilidade do ressarcimento ao erário, dano ao patrimônio, contratações públicas e limites da atuação estatal no planejamento familiar.

Em representação política são verificadas contribuições que versam sobre grupos minoritários, atuação legislativa de deputadas federais e estado laico e razão pública.

Na violência e prevenção são encontradas questões relativas a violência doméstica, papel da defensoria pública do estado do Espírito Santo nas audiências de custódia e o PROERD.

Facetas do conhecimento abrange a abordagem social e a manifestação de ideias no universo acadêmico.

Extensão universitária congrega colaborações que retratam questões como direito a informação como requisito de estabelecimento e fortalecimento do ambiente democrático e o Bem-me-quer, a partir da humanização e da saúde.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

O PERÍODO PÓS-1929 E A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DAS BASES DO CICLO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Leandro Belloc Nunes

DOI 10.22533/at.ed.8012027101

CAPÍTULO 2..... 22

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pollyane Cunha Ferreira

Jéssica Danielle Ribeiro de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.8012027102

CAPÍTULO 3..... 35

A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E OS PRECEDENTES ADMINISTRATIVOS VINCULANTES TRAZIDOS PELA LEI Nº. 13.655, DE 25 DE ABRIL DE 2018

Edimur Ferreira de Faria

Pollyane Cunha Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8012027103

CAPÍTULO 4..... 53

DO CONFLITO AO CONSENSO: ANÁLISE DOS MEIOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR REGIDO NA LEI 8.112/90

Fabiano Simon Brunetto

Fernando Cesar Mendes Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.8012027104

CAPÍTULO 5..... 65

IMPRESCRITIBILIDADE DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NO TEMA 897/STF: EFETIVAÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA OU INSEGURANÇA JURÍDICA?

Hígor Lameira Gasparetto

Bruna Andrade Obaldia

Cristiano Becker Isaia

DOI 10.22533/at.ed.8012027105

CAPÍTULO 6..... 73

DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO: ESTUDO DE UM CASO REFERENTE A DANO AO ERÁRIO NA CIDADE DE BAGÉ, RS

Michel Stein Barbosa

Natacha de Oliveira Stein

Francine Nunes Avila

Lóren Pinto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.8012027106

CAPÍTULO 7	88
A UTILIZAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO COMO FERRAMENTA PARA O APERFEIÇOAMENTO DO REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRO	
Jacqueline do Socorro Neri Rodrigues Lobão Fernando Peixoto Fernandes de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.8012027107	
CAPÍTULO 8	104
ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA LEI DO PLANEJAMENTO FAMILIAR: ESTABELECENDO LIMITES PARA A ATUAÇÃO ESTATAL	
Beatriz Alves Macena Lima Nathália Leite de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.8012027108	
CAPÍTULO 9	112
FORMAÇÃO DE GRUPOS DE PRESSÃO NA REPRESENTATIVIDADE DO PROCESSO POLÍTICO: GRUPOS MINORITÁRIOS	
Thiago Rodrigues Moreira Roberta Rodrigues Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8012027109	
CAPÍTULO 10	124
ATIVIDADE LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS E SUA TAXA DE SUCESSO NA APROVAÇÃO DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS (1987-2017)	
Geissa Cristina Franco Mariana Lorencetti Maria Cecilia Eduardo	
DOI 10.22533/at.ed.80120271010	
CAPÍTULO 11	137
ESTADO LAICO E RAZÃO PÚBLICA: UM CONFRONTO CONCEITUAL COM DETERMINADOS PROJETOS PROPOSTOS PELA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA	
João Luis Binde Ivo Luciano da Assunção Rodrigues José Vinicius da Costa Filho André Valente do Couto	
DOI 10.22533/at.ed.80120271011	
CAPÍTULO 12	159
A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: VIVÊNCIAS DE MÃES DE VÍTIMAS DE ABUSOS SEXUAIS INTRAFAMILIAR E MULTIGERACIONALIDADE	
Dionne Lima de Oliveira Dorli João Carlos Marques	
DOI 10.22533/at.ed.80120271012	

CAPÍTULO 13.....	173
VISÃO INTRAMUROS DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA REALIZADA DE AGOSTO DE 2018 A JUNHO DE 2019 NO CENTRO PROVISÓRIO DE DETENÇÃO DE VIANA	
<i>Aline Carolina Motizuky Bonadeu</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271013	
CAPÍTULO 14.....	187
A EFETIVIDADE DO PROGRAMA EDUCACIONAL DE RESISTÊNCIA ÀS DROGAS (PROERD): UMA RELEITURA DAS PRINCIPAIS PESQUISAS REALIZADAS EM MINAS GERAIS	
<i>Ronald Jean de Oliveira Henriques</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271014	
CAPÍTULO 15.....	207
ABORDAGEM SOCIAL DO CONHECIMENTO	
<i>Adelcio Machado dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271015	
CAPÍTULO 16.....	214
A MANIFESTAÇÃO DE IDEIAS EM AMBIENTE ACADÊMICO E A RECLAMAÇÃO 33.137 NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
<i>Celso Lopes Seus</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271016	
CAPÍTULO 17.....	225
A CONCRETIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA ATRAVÉS DO PROJETO DIREITO, INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA	
<i>Margaret Darling Bezerra</i>	
<i>Déborah Leite da Silva Holanda</i>	
<i>Anderson Allan Damasceno de Medeiros</i>	
<i>Fernanda Santino Maciel de Oliveira</i>	
<i>Laura Sofia Ortiz Bastos Lemos de Oliveira</i>	
<i>Rawlinson José de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271017	
CAPÍTULO 18.....	229
PROJETO BEM-ME-QUER: A UNIVERSIDADE PELA HUMANIZAÇÃO	
<i>Adriana Elisa Bozzetto</i>	
<i>Emerson Henklain Ferruzzi</i>	
<i>Gleice Magalhães Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.80120271018	
CAPÍTULO 19.....	235
PROJETO BEM-ME-QUER: BENEFICÊNCIA FRENTE AO MECANICISMO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, DE 2007 A 2020	
<i>Emerson Henklain Ferruzzi</i>	

Carla Amélia Ribeiro Coelho

Poliana Lourenço Gomes

DOI 10.22533/at.ed.80120271019

SOBRE O ORGANIZADOR.....241

ÍNDICE REMISSIVO.....242

CAPÍTULO 1

O PERÍODO PÓS-1929 E A TRANSIÇÃO PARA UM NOVO BRASIL: IMPLICAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DAS BASES DO CICLO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 07/07/2020

Leandro Belloc Nunes

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).
(FADISP).
São Paulo/SP.

<http://lattes.cnpq.br/6397358371750235>

RESUMO: Trata-se de artigo acadêmico sobre desenvolvimento econômico histórico, primordialmente a partir da obra de Caio Prado Júnior, bem como outros historiadores ou economistas, visando-se traçar o delineamento da recuperação do pós-crise de 1929, bem como a retomada desenvolvimentista do período Vargas. A partir da análise crítica contextualizada pelo desdobramento das medidas adotadas desde então, busca-se o posicionamento político-econômico para o enfrentamento dos desafios da contemporaneidade. Por fim, o presente texto contribui para a construção da área em estudo, com a apresentação de questões sociais inerentes à discussão de superação de problemas estruturais, visando a melhor implementação de políticas públicas na indução do desenvolvimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento, História Econômica, Política Econômica, Direito.

THE POST-1929 PERIOD AND THE TRANSITION TO A NEW BRAZIL: POLITICAL-ECONOMIC IMPLICATIONS OF THE INDUSTRIALIZATION CYCLE BASES

ABSTRACT: This is an academic article on historical economic development, primarily from the work of Caio Prado Júnior, as well as other historians or economists, aiming to trace the outline of the recovery from the post-crisis of 1929, as well as the developmental resumption of Vargas period. From the critical analysis contextualized by the unfolding of the measures adopted since then, the political-economic position is sought to face the challenges of contemporary times. Finally, this text contributes to the construction of the area under study, with the presentation of social issues inherent to the discussion of overcoming structural problems, aiming at the better implementation of public policies in inducing economic development.

KEYWORDS: Development, Economic History, Economic Policy, Law.

1 | INTRODUÇÃO

Criticamente, optou-se por enfatizar aspectos do desenvolvimento econômico no Brasil do período pós-1929, com abordagem baseada inicialmente na obra de Caio Prado Júnior, paulistano que fez intercâmbio na Inglaterra, formando-se em Direito pela Universidade de São Paulo. Contraditoriamente, é herdeiro da aristocracia paulistana, tendo

vários parentes que foram políticos de destaque no cenário nacional. Membro do PCB, exilou-se na França. Eleito Deputado Federal em 1947. Cassado, destituído e preso pela ditadura militar. Historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro.

Ainda que o referido autor represente as bases do presente estudo (com o clássico *História Econômica do Brasil*, 1945), busca-se, adicionalmente, a ótica de Celso Furtado, que também divide espaço em sua fundamentação em fases econômicas, bastante nítidas, por entre capítulos de sua obra *Formação Econômica do Brasil* (1980), enquanto que o primeiro assenta-se em história econômica, no sentido de relato histórico fundamentado em dados. Esta, uma leitura dentre as obrigatórias na pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), com a frequência ao curso de Estado e Desenvolvimento, como disciplina obrigatória do curso de Doutorado em Direito Político e Econômico.

Primeiramente, há que ser ressaltado que o estudo das fases econômicas do capitalismo brasileiro perpassa etapas históricas, como a ocupação territorial inicial nas partes litorâneas do Brasil, adentrando-se à exploração colonial mediante uma economia escravista de agricultura tropical, com aprofundamento do desenvolvimento observado, em uma economia escravista de mineração e demais extração de *commodities* de fins do período mercantilista, para uma economia de transição para o trabalho assalariado e o advento para o sistema industrial, bem como toda a problemática sócio-econômica envolvida em tais nuances, a partir de então. Eis o cenário onde desemboca esse estudo e sua importância histórico-econômica¹.

Partindo-se de uma crítica sob o olhar dos presentes anos, percebe-se que o ciclo de exploração imperialista² reside em estar sempre um passo à frente da geração tecnológica de produção. Ou seja, trata-se da etapa tecnológica (numa perspectiva de ondas de inovação), adiante num desencadeamento de exploração de mão-de-obra, na qual os detentores dos meios de produção mais avançados subcontratam os trabalhadores situados mais abaixo da cadeia, a preços subalternos, por verdade - como no caso da transição escravocrata às mínguas condições proletárias.

Com efeito, o direcionamento da disciplina Estado e Desenvolvimento, brilhantemente conduzida pelos professores doutores Gilberto Bercovici e José Francisco Siqueira Neto, propõe reflexões de caráter político e econômico, como preceitua a linha de pesquisa do curso, com aprofundamento teórico sobre problemáticas do tema, razões e consequências observadas no panorama nacional, com estabelecimento de contextualizações esclarecedoras sobre o passado, presente e o desvendar de um provável futuro de nossa

1. Para Luiz Carlos Bresser Pereira, o “desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento e o padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo social global, em que as estruturas econômicas, políticas e sociais de um país sofrem contínuas e profundas transformações. Não tendo sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social” (PEREIRA, 1987, p. 19).

2. Termo utilizado por Prado Jr, ao se referir às forças capitalistas dominantes à época. Poderia o termo ser substituído, sem prejuízo de significado, por alguma outra força elitista, como oligarcas, aristocratas, entreguista, neoliberal, etc.

nação. Ou seja, nada acontece por acaso, em se tratando de história político-econômica e suas consequências sociais, inexoravelmente parte do cotidiano do povo brasileiro.

Portanto, o intuito do presente estudo é, a partir de uma visão realista e crítica de nosso passado econômico, entender o cenário atual e traçar estratégias para a construção de um país melhor. Ou seja, aprender com os erros, potencializar as virtudes e rumar no sentido da plenitude político-econômica. Ainda que se esteja em um contexto atual revisitado por uma história de disputas e combates muitas vezes fratricidas em seus ideais, hoje ideologizados em uma eterna polarização política dinamizada por redes sociais e *fake news*. Páginas adiante, será necessário desvendar como encarar a realidade e os desafios do novo milênio e da conjuntura internacional que nos cerca.

Para tanto, é necessário lançar mão, além do aprendizado acerca dos ensinamentos basilares do patrono da cátedra (em sentido figurado, sobre a perspectiva maior sobre a obra de Caio Prado Jr), também autores que retratam os percalços da economia brasileira das últimas décadas, especialmente quanto ao foco do presente artigo, qual seja o ciclo desenvolvimentista do pós-1929, com o processo de industrialização e seus efeitos até recentes eras. Dessa forma, debruça-mo-nos ainda sobre as obras dos igualmente necessários autores como Bresser Pereira, Celso Furtado, Raymundo Faoro, Bóris Fausto, dentre outros. Poder-se-ia igualmente ter sido escolhida a obra de algum desses referidos autores como marco teórico inicial, mas optou-se por lançar pinceladas dos demais ao longo da análise do primeiro, seguindo sua linha principal, dada visão crítico-marxista dos tempos, complementando-a a partir daí.

2 | ANTECEDENTES POLÍTICO-ECONÔMICOS E A FORMAÇÃO DO AMBIENTE REVOLUCIONÁRIO

Cumprе ressaltar antecedentes socioeconômicos presentes nos cenários em meados do século XX. Conforme demonstra Caio Prado Jr., em uma síntese do passar dos tempos da nação brasileira, desde a fase imperialista do final do século IXX, pós-revoluções liberais, com implantação e amadurecimento paulatino do sistema republicano:

[...] libertando-se do exclusivismo e isolamento coloniais, o país entra a participar largamente do convívio internacional, e se inaugura em consequência para ele uma fase de grandes transformações. Transformações de toda ordem, políticas, sociais e econômicas. [...] na fase imperialista a que chegamos pelos fins do século, aquelas transformações atingem seu clímax. É por intermédio do sistema imperialista que o Brasil se integrará, de forma completa, ao mundo e ao ritmo de vida modernos. Esse foi, sem dúvida o resultado máximo do Brasil, na penetração do capital financeiro internacional e do imperialismo dela resultante. [...] tornara-se patente a incompatibilidade substancial entre o novo ritmo de existência e progresso material atingido pelo país, e sua modesta categoria de mero produtor de um punhado de matérias-primas destina ao comércio internacional. Sobre essa base estreita

não era possível manter uma estrutura econômica e social imposta pelas novas condições do mundo de que o Brasil passara plenamente a participar.³

Ainda que o café tenha tido uma situação exuberante no tocante a seu grau de participação na produção econômica dos séculos anteriores, o produto já não dispunha de constância em sua produção com constantes desvalorizações das sacas e manobras artificiais para estímulos precários. As origens da crise no Brasil remontam, além de fatores externos, também a descentralização republicana e o problema da imigração passando para as mãos dos Estados. Ademais, políticas de financiamento externo da produção e mercado regulador de impostos e excedentes. Segundo Celso Furtado (1980, p. 177), “A elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, constituíram clara indicação de que os preços desse artigo tenderiam a baixar a longo prazo, sob a ação persistente das inversões em estradas de ferro, portos e meios de transporte marítimo”. Ademais, acentuava-se a exploração predatória do solo, com desgaste contínuo dos recursos naturais. A insustentabilidade do modelo torna-se patente, dada necessidade crescente da população e forças produtivas:

[...] o problema consistia em sustentar o ritmo do desenvolvimento adquirido pelo país com a produção exclusiva de uns poucos gêneros que embora de grande expressão comercial mostrar-se-ão logo de todo insuficientes para a função que deles se exigia. A larga extensão da cultura cafeeira deu cedo (já nos últimos anos do século XIX) em crises periódicas e logo crônicas de superprodução e desvalorização do produto; e as manobras artificiais de estímulo não trouxeram senão resultados momentâneos e muito precários. Isso sem contar o desgaste contínuo e precipitado dos recursos naturais naquele regime de exploração extensiva e descuidada. Outras atividades brasileiras alcançam logo também seu limite de expansão (como foi o caso do cacau), ou então recuam mesmo em termos absolutos, como se deu com a borracha (PRADO JR, 2012, p. 288).

O declínio da aristocracia cafeeira representou, portanto, um quadro geral de estagnação, senão regresso, excetuando-se eventuais pontos fora da curva, a situação geral, não obstante a tentativa de manutenção artificial dos preços do café, resultando em surtos inflacionários. Portanto, apresenta-se um dilema, entre o tradicional sistema econômico do Brasil, anteriormente voltado para exportação, àquela altura subsidiada e insuficiente para servir o próprio país. Acentuadas as necessidades internas, com isso, tem-se início de um processo de choque de importações, com obrigatoriedade de proporção em um coeficiente de 0,33 das exportações⁴, e com ele novos desequilíbrios atinentes a esse impacto na balança comercial:

3. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 287.

4. Conforme Furtado (1980, p. 197), “[...] grande parte da procura de mercadorias importadas se contraía com a alta relativa de preços, tanto mais que se assim não ocorresse a moeda continuaria a depreciar-se até a procura de importações se equilibrasse com a oferta de divisas destinadas a esse fim. Nos anos da depressão, ao mesmo tempo que se contraíam as rendas monetária e real, subiam os preços relativos das mercadorias importadas, conjugando-se os dois fatores para reduzir a procura de importações. Já observamos que de 1929 ao ponto mais baixo da depressão a renda monetária do Brasil se reduziu entre 25 e 30%”.

[...] esse desequilíbrio determina situações (como a desvalorização cambial da moeda e instabilidade financeira geral) e condiciona o aparecimento de medidas que estimulam a produção interna e sua diversificação (tarifas alfandegárias, fomento oficial de produção; depois de 1930 ainda ocorrem rigorosas restrições cambiais). Aos poucos a produção interna, tanto agropecuária como industrial poderá ir fazendo frente em proporções cada vez maiores às solicitações do consumo. A análise do comércio externo do Brasil revela a transformação profunda que se vai operando⁵.

Em outros setores, contudo, houve resistências particulares, com novas formas econômicas que representariam os primeiros passos de uma indústria nacional, com atendimento às necessidades do próprio país, com organização voltada para a comunidade interna e avizinhada. Conforme Prado Jr (2012, p. 288), “desenvolver-se-ão novas formas econômicas que embora ainda de segunda ordem no conjunto, e à margem do sistema produtivo fundamental do país, conseguirão manter a vitalidade brasileira”. E acrescenta a principal mudança, que vem de carona com a urbanização e o crescimento da população e sua concentração nas grandes cidades:

Não era isso que ocorria no Brasil e nunca fora desde os primórdios de sua formação. O progresso dessa nova economia em germinação é condicionado sobretudo pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção (IBIDEM, p.288).

Some-se a isso o crescimento da população e seus anseios, representada por camadas ascendentes, em um povo genuinamente brasileiro, advindo de classes trabalhadoras e de produção, com consumidores e a presença dos imigrantes, engrossando o caldo da formação do povo brasileiro. Ademais, o progresso tecnológico, abrangendo transportes e comunicações formarão o impulso derradeiro para a entrada do Brasil no mundo moderno. Em termos territoriais e geográficos de ocupação, percebe-se a transição agrária para o meio urbano, em verdadeiro êxodo. Todavia, ainda persistem problemas de analfabetismo recorrente. As guerras civis da primeira e segunda décadas do século dariam espaço a uma acomodação das forças de poder.

A crise de 1929 trouxe à tona os problemas de um Brasil dependente do café, havendo uma quebra de compra, fazendeiros com prejuízos e desemprego na roça, o que forçaria ainda mais ao êxodo rural observado. Se antes, o governo bancaria eventuais descompassos, naquela altura não mais poderia contar com empréstimos estrangeiros. O cenário forçou ainda a uma maior queda de importações, e o efeito rebote, com crescimento industrial do país, com avanços em meios anteriormente inexplorados como rádio, aviação e a indústria publicitária.

Apesar dos esforços, ainda que presentes padrões de elevação do nível de vida observado nas classes médias das populações, o declínio de importações ganham destaque, incluindo alimentação e bens de consumo. Os gêneros comercializados desde

5. Ibid, p. 289.

antes da Segunda Guerra Mundial incluem combustíveis, trigo, matérias primas industriais, produtos químicos e manufaturas semiprocessadas, drogas, medicamentos, metais, motores, máquinas e veículos, aparelhos e utensílios especializados (OP.CIT, p. 290). Quanto ao meio agrário, observa-se a diversificação progressiva com a característica de haver poucos itens para exportação, mas grande quantidade e variedade para consumo interno, como: “cereais (salvo o trigo), de hortaliças, de derivados animais (leite, manteiga, ovos, etc), de vinho e frutas de mesa europeia”. Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-18), houve aprimoramento da indústria, que teve que cobrir as necessidades do país, bem como haverá um favorecimento, devido à posição exportadora do café, com predomínio da cultura e aumento dos salários aos agricultores, abolindo-se a diversificação de gêneros, dada a alta lucratividade.

No campo político, a efervescência do fim da primeira república, em meio a acusações de fraudes eleitorais e votos de cabresto, numa conturbada eleição que a situação das oligarquias estaria assentada na corrente de Artur Bernardes. Conforme corrobora Raymundo Faoro (1975, p. 664): “[...] avolumam-se as correntes que logo irão correr: o povo - a camada média da sociedade, que Rui Barbosa pretendeu interpretar na campanha de 1919 -, o exército e o Rio Grande do Sul, este inconciliável, há muito, com o esquema dominante”.

A decorrência natural de movimentos como o tenentista, incluindo-se o episódio do forte de Copacabana e marchas da coluna prestes foram forças em recente ascensão ainda no imaginário revolucionário do brasileiro médio. No campo cultural, reminiscências da eclosão da semana de arte moderna de 1922, como um sopro de revolução nas mentes em ebulição resultantes do início da década.

Ainda, o fim da política café com o leite, com a disputa política que culminaria no confronto da chapa de Julio Prestes sob apoio de Washington Luiz *versus* Getúlio Vargas e João Pessoa, num processo eleitoral cercado de controvérsias e o assassinato trágico do pernambucano vice da chapa oposicionista, eclodindo a revolução. Tanto que, apesar da vitória da chapa de Júlio, as acusações de fraude e a agitação popular causada pela morte de João Pessoa pôs querosene no episódio⁶. Conforme Bóris Fausto (1975, p. 14):

O movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luiz a 24 de outubro de 1930 instalou no poder uma junta governativa provisória, que dias depois transmitiu o governo ao candidato derrotado nas eleições presidenciais. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas tomava posse da chefia do

6. Conforme Maria Isaura Pereira de Queiroz, “A revolução que se iniciou em 3 de outubro de 1930 no Rio Grande do Sul, repercutindo imediatamente no norte do país não encontrou a resistência esperada em São Paulo e no Distrito Federal. Os fazendeiros paulista, descontentes com o governo ficaram inertes. As grandes fortunas industriais e comerciais, nas mãos de estrangeiros ou de descendentes de imigrantes quase todas, não se interessavam por lutas políticas, queriam apenas que lhes fossem asseguradas paz e proteção para se desenvolverem. A classe média paulista, as profissões liberais, essas aplaudiam a revolução que parecia finalmente arrebatar o poder das mãos dos fazendeiros. Para os descendentes de imigrantes pertencentes à classe média, a revolução traria, talvez a possibilidade de se integrarem mais fundamentalmente pela participação na política - numa sociedade que ainda os repelia como recém-chegados” (QUEIROZ, 1976, p.151).

Governo Provisório, e a 11 de novembro era promulgado o Decreto n. 19.398, que institucionalizava os poderes discricionários deste cargo.

Portanto, a partir dos anos 1930 a transformação é acentuada, tendo em vista a necessidade econômica marcada pela data paradigmática obtida a partir de outubro do ano anterior, quando a Bolsa de Nova Iorque sucumbiu à força destruidora da grande crise.

O valor dos produtos fundamentais em que assentava a sua vida econômica (em particular o café), cai brusca e consideravelmente. As exportações sofrem em consequência grande redução. A média anual do quinquênio 1926-1930 fora em libras esterlinas-ouro de 88.200.000; no quinquênio seguinte (1931-1935) desce para 38 milhões apenas. Ao mesmo tempo, não só se interrompe o afluxo regular de capitais estrangeiros que dantes normalmente alimentavam a economia do país e que se tinham tornado indispensáveis, nas condições vigentes, para o equilíbrio de suas finanças externas⁷.

A partir daí, percebe-se um desequilíbrio das contas externas do país, conforme déficits observados na balança comercial. “A moeda se desvaloriza rapidamente apesar das restrições cambiais adotadas; [...] as importações declinam fortemente (de 5.460.000 toneladas, cai para 3.830.000).”⁸ Tal fenômeno fez transparecer o impulso que a indústria interna tomou, tanto agrícola quanto industrial, com a observação da nacionalização da economia do Brasil.

3 | OS EFEITOS SISTÊMICOS DA CRISE E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO BRASIL

Se por um lado restara a estabilidade mundial abalada, sob o ponto de vista político-econômico, a crise representou uma mudança na posição do Brasil - anteriormente como fornecedor de matéria prima - para um nova postura, qual seja a da industrialização, com vistas a sanar as necessidades próprias de seus nacionais. Tal sistemática não seria direta e sem tropeços, tendo em vista eventuais momentos de retorno ao desenvolvimento de produtos para exterior, como a “produção de frutas de mesa (laranja, abacaxi, banana). Mas sobretudo do algodão. [...] Também de minérios e produtos extrativos vegetais (os oleaginosos, a cera de carnaúba), etc” (p. 292). Seguem, portanto operações, ainda que a diminuto, conforme prossegue Prado Jr:

Os principais compradores do Brasil eram as potências do Eixo: Alemanha e Japão, o fechamento desses mercados reduziu consideravelmente as vendas, cuja média anual, de 1940 a 1945, não alcançará 170 mil toneladas. Crescerá nos três anos subsequentes (período de recomposição de estoques dissipados no conflito), mantendo uma média anual de quase 300 mil; para se conservar em seguida salvo raros anos excepcionais, abaixo dos 150 mil. E depois de 1956, abaixo de 100 mil.

7. *ibid*, p.292.

8. *Ibidem*.

Com efeito, as perspectiva para o comércio internacional brasileiro reduziram-se consideravelmente, com o café ainda cambaleante⁹, teria o produto alcançado o teto de produção, considerando-se técnicas equivocadas de cultivo prolongado anteriores, também com problemas para mensuração da quantidade de equilíbrio para indústria pós ciclo de estoques. “O crescimento da produção brasileira durante um século foi possível unicamente porque as regiões esgotadas eram substituídas por outras. O mesmo se repete agora no extremo oeste de São Paulo, bem como no norte do Paraná por onde se espalhou em sua última etapa a onda verde[...]”.

Desde princípios do século XX, embora através de fortes oscilações de ano para ano, as exportações brasileiras de café progrediriam muito pouco. Pode-se dizer que desde aquela época o consumo mundial alcançara um teto além do qual, em contraste com o passado, só cresceria lentamente. [...] O resultado foi este que desde 1925, a produção de café ultrapassa largamente as exportações. O desequilíbrio teve que ser corrigido à custa de pesados sacrifícios, em particular a destruição de volumes imensos do produto. Depois de 1931 até as vésperas da guerra, incineraram-se ou se lançaram ao mar cerca de 80 milhões de sacas, quatro milhões e oitocentas mil toneladas que serviriam para alimentar o mundo, no nível atual de consumo (1969) durante quase dois anos. Providência semelhante se repetiu em seguida com as chamadas “quotas de sacrifício”. Nem assim se consegue eliminar os excessos que se foram regularmente acumulando de ano para ano. Além disso, é preciso levar em conta que o Brasil já não ocupa no terreno da produção cafeeira a posição desfrutada durante mais de meio século, quando dominava incontrastado no comércio internacional do produto. Hoje e já há bastante tempo, seus concorrentes são numerosos e respeitáveis. Isso se observa no fato que enquanto as exportações brasileiras estacionam, as deles aumentam sensivelmente, captando todo crescimento do consumo mundial.¹⁰

Também no caso do algodão, houve situação semelhante, a exemplo do cacau. A borracha também entra em decadência, com limitações para fornecimento externo. A indústria sintética também abalou tal posição, sendo uma ameaça para o setor de emborrachados¹¹. Em sentido contrário, Prado Júnior cita a expansão do setor de matérias-primas, especialmente no setor de ferro, manganês. Para o autor, “As exportações de minérios, privando-nos de reservas esgotáveis e que não se reproduzem, deixarão o Brasil pouco mais que os minguados salários dos mineradores” (p. 296).

9. “Com a crise, baixou o preço do café e desvalorizou-se a moeda. A baixa brusca do preço internacional do café e a falência do sistema de conversibilidade acarretaram a queda do valor externo da moeda[...] A solução encontrada foi a compra pelo governo e destruição dos excedentes de café. Esta solução era a única possível, tendo-se em vista o objetivo de defender a economia cafeeira” (PEREIRA, 1975, p. 33).

10. PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 294.

11. Conforme Furtado (1980, p. 200), “A capacidade para importar não se recuperou nos anos trinta. Em 1937, ela ainda estava substancialmente abaixo do que havia sido em 1929. Em realidade o quantum das importações daquele ano - bem superiores ao de qualquer outro ano do decênio - esteve 23 por cento abaixo de 1929. A renda criada pelas exportações havia decrescido em termos reais. O quantum das exportações aumentara, mas, como o poder aquisitivo da unidade de exportação com respeito à unidade de importação havia reduzido à metade, é evidente que a renda criada pelas exportações era muito inferior”.

A crise do sistema consiste em uma estrutura anteriormente voltada ao atendimento de demandas externas, com sua hiperdimensão populacional, portanto, o que Prado Jr chama de decomposição, anunciada, de certa forma. O país sairia da fase de expansão incessante, para uma situação estacionada, acentuada por uma situação de conflitos em escala global e maior concorrência das nações industrializadas¹².

Entra em cena o poder estatal, portanto, com regulação monetária, cambial, setorial e fiscal em áreas específicas, percebendo-se que o imperialismo, anteriormente atrelado àquela situação, também entra em declínio, com bases fragilizadas, dada a menor remuneração que seu capital vinha obtendo no pós-1929. “Tal impossibilidade provinha [...] da situação financeira e da nossa deficitária balança de contas externas. No setor das dívidas públicas, chegou-se ao repúdio puro e simples da maior parte das obrigações (P. 296).

E assim, sucessivamente, em 1934, 1940 e ainda em 1944, os credores estrangeiros do Brasil foram obrigados a aceitar cortes drásticos de seus créditos que se traduziram a uma pequena fração de seu valor nominal. Quanto à remuneração dos capitais invertidos em atividades privadas, esta também sofreu depois de 1930, e pela primeira vez na história brasileira, as mais sérias vicissitudes. Boa parte das empresas estrangeiras que operavam no Brasil viram seus lucros aqui congelados, sendo impossível remetê-los por falta de cobertura cambial. Para avaliara a situação dos capitais estrangeiros invertidos em atividades privadas brasileiras às vésperas da Segunda Guerra Mundial, pode-se tornar como posto de referência os ingleses, os mais importantes na ocasião, e cuja remuneração média foi em 1940, segundo cálculo do South American Journal (então ainda tradicional órgão oficioso dos interesses britânicos em nosso continente) de 0,96% apenas. E observe-se que mesmo essa magra remuneração se fazia com incalculáveis sacrifícios do Brasil, que para realizá-la abria mão da importação de artigos básicos e essenciais para a sua subsistência e desenvolvimento. Situação muito parecida, embora em conjuntura nova e diferente, verificar-se-á como ameaça pendente, trinta anos mais tarde[...] (P.296).

12. Sobre essa fase, Bagnoli (2008, p. 42), traça um panorama sobre as bases das constituições e do espírito legislativo em vigor, sob nova égide até estabilização democrática posterior: “Constituição de 1934: A crítica ao modelo do liberalismo, feita por muitos que tratavam da questão operária, como Marx, Engles e o Papa Leão XIII, com sua Encíclica Rerum Novarum de 1891, influenciou as Constituições do México de 1917, e da República de Weimar de 1919, como também a Revolução Russa de 1917. No contexto jurídico-brasileiro, o período de 1930 a 34 contou com importantes legislações econômicas, que iniciam a passagem do liberalismo das constituições anteriores para a fundamentação da tendência inicial estatizante e reguladora do modelo neoliberal das Cartas vindouras. [...] ; Constituição de 1937: Inspirada no Golpe de Estado, a Constituição de 1937 refletia o período histórico internacional daquele momento, mas nem tanto a realidade política e social brasileira. Decorre de ideias de fascismo, corporativismo, nacionalismo e até de um aparente liberalismo [...] ; Constituição de 1946: Com o término da Segunda Guerra Mundial e a derrocada do totalitarismo que governou a Europa, o mundo ocidental não aceitava mais regimes totalitários, exigindo a retomada da democracia. A implantação da democracia também era imperiosa no Brasil, não havendo espaços para ditaduras. Nesse contexto, e com o mundo receoso de que os acontecimentos da Guerra se repetissem, as Constituições do Pós-guerra propõem o estabelecimento da democracia real, fundamentada em ordens políticas e econômicas sólidas, bem como sociais e equitativas justas”.

A situação apresentada traz os novos rumos da nação brasileira, com esforços para se refazer em outras bases, com o abandono da posição de simples fornecedor do mercado internacional para uma posição assentada na economia nacional, com distribuição de recursos produtivos em seu território. Todavia, barreiras advindas para aquisição e melhoria dos bens de produção ainda dependiam de capital externo ou importações em casos de inovação produtiva, de maior vulto. Essas importações, por vezes, causam desequilíbrios cambiais, conforme lembra Furtado (1980, p. 199): “A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis”¹³. Do mesmo modo, Prado Jr diz que: “Essa evolução se encontra, como vimos, em andamento. Mas forças poderosas contêm o seu ritmo: não somente os interesses fundados na ordem passada, e ainda essencialmente dominantes, mas a inércia de toda a parte mais importante e substancial da estrutura e organização econômica do país (p. 298)”. Este ponto, sob uma perspectiva marxista, representa a etapa posterior de submissão ao capital imperialista, na qual a burguesia imigrante¹⁴ ascendia na primeira etapa da revolução industrial brasileira para que, em um momento posterior, sua associação com o capital internacional ocasionasse nova onda de inversões:

Com suas próprias forças ao acaso também das depredações cambiais, bem como de conjunturas completamente estranhas, como foi o caso da guerra de 1914-18, repetido na Segunda Guerra Mundial. A ação indiscriminada de tais fatores ocasionais, e muitos deles adventícios, teve frequentemente o efeito de estimular indústrias fictícias, simples atividade de ajuntamento de peças e partes, que dependiam de fontes externas de abastecimento para todas as suas necessidades, desde a maquinaria até a matéria-prima ou materiais semiprocessados que empregavam. Tinha perspectivas de sucesso qualquer atividade que fosse capaz de substituir, embora mal e com artigos inferiores, uma importação tornada por qualquer motivo impossível; ou mesmo que unicamente eliminasse algum custo pago em moeda estrangeira. Isso tinha de dar, como efetivamente deu, num crescimento industrial desordenado, desconexo, mal estruturado e fundamentado. Os diferentes setores do parque industrial brasileiro não se desenvolverão em função um do outro, ajustando-se mutuamente para formarem um conjunto harmônico. Cada indústria nascerá pelo acaso de circunstâncias fortuitas e objetivando atender alguma pequena necessidade incapaz de ser satisfeita pela importação; e permanecerá por isso isolada, continuando a depender muitas vezes, no essencial, da importação (p. 298).

De outra banda, a depreciação monetária é aspecto sentido pela indústria, que

13. Conforme Furtado (IBIDEM, p. 203): “uma valorização brusca do poder de compra externo da moeda traria necessariamente um aumento imediato da procura de bens importados e uma retração idêntica da procura de bens de produção interna, o que tenderia a reduzir a renda, pois criaria desemprego. Essa redução de renda iria, por seu lado, contrair a procura de artigos importados, restabelecendo o equilíbrio, a um nível mais baixo de utilização da capacidade produtiva. O mais provável, entretanto, é que a correção do desequilíbrio se fizesse através da taxa de câmbio e não do nível de renda”.

14. “Esta Mooca enriquecida é a nova classe média e uma parte representativa da mesma, os administradores de nível médio [...] porque uma coisa parece indiscutível nos países capitalistas desenvolvidos: se o último século teve como figura dominante no setor econômico os empresários, os capitães de indústria, este século caracteriza-se pela ascensão do administrador profissional, geralmente proveniente da classe média” (PEREIRA, 1987, p. 71).

não passará incólume, com elevação de preços, para fornecedores mas também para o consumidor final, o que encarecia toda a cadeia produtiva. Além disso, a depreciação tiraria o poder de compra do importador, com produtos encarecidos, especialmente, para a maquinaria que o país não produzia. Trata-se de uma nova leva de obstáculos para superação, pois “revelam o obsoletismo, nas vésperas da Segunda Guerra, do equipamento industrial empregado no maior centro do país, que é São Paulo (p. 299)”. O passado colonial se revelando pelos rumos da nova marca evolutiva a ser ultrapassada¹⁵. Por sua vez, a Segunda Guerra Mundial significou modificações e novos rumos para a humanidade, com repercussões em maior ou menor grau, mas seguindo divisões e embates ideológicos, basicamente entre vertentes como, capitalismo e comunismo, industrialismo e agriculturalismo, nacionalismo e cosmopolitismo ou intervencionismo e liberalismo (PEREIRA, 1987, p. 96):

A crise do nosso sistema colonial se manteve, e apesar das circunstâncias especiais e aspectos particulares que nela provocou a conflagração de que participamos passiva e também ativamente, tal crise se acentuou e precipitou consideravelmente, abrindo novas e largas, perspectivas para a transformação final daquele sistema. Isso dará lugar, de um lado, ao esforço de adaptação da ordem econômica vigente às contingências criadas, e de reestruturação do mesmo sistema em formas renovadas; mas isso sem lhe comprometer a essência colonial (PRADO JR, 2012, p. 302).

Portanto, do ponto de vista social, a desigualdade permanece em nossa vida cotidiana, mesmo com a diversificação da atividade econômica, não obstante a transformação dos sistemas. Ademais, a impossibilidade de realizar operações significativas no sentido de importação, com restrição de manufaturas, houve um maior apelo à indústria nacional, repetindo-se o ocorrido na Primeira Guerra Mundial, em escala ampliada - tanto simbolizada por um mercado exterior mais deteriorado, quanto num mercado interno extremamente

15. “No curso da guerra, sobretudo em sua última fase e prolongando-se nos anos subsequentes, assistimos a um revigoreamento esporádico do tradicional sistema do passado, abrindo-se para tal sistema (isto é, uma economia exportadora de produtos primários e voltada essencialmente para o exterior), nova e brilhante oportunidade. Com uma intensidade de que havia muito o país não tinha notícia, o Brasil se fazia de novo alvo de forte demanda internacional de gêneros alimentares e matérias-primas exigidos agora pelas necessidades da luta em que se empenhavam as grandes potências de que o Brasil era e ainda é tributário. Essa intensificação da demanda não se reflete tanto no volume da exportação, cujo aumento não será muito sensível. Circunstância que devemos notar desde já e que mostra o esgotamento da capacidade produtiva da economia brasileira de exportação. Mas no valor, o efeito será considerável, ascendendo a exportação brasileira de gêneros alimentícios e matérias-primas para altos níveis. Ao mesmo tempo que assim se valoriza a exportação, declina a importação. De um lado interrompiam-se quase completamente os fortalecimentos dos países europeus isolados de nós pela guerra, ou empenhados numa luta que lhes absorvia todas as atenções e recursos; doutro, os Estados Unidos, ocupados como também estavam na produção de guerra, não puderam suprir aquele desfalque de nossos fornecedores europeus; e em alguns itens importantes não conseguiram nem ao menos manter seu nível de fornecimento anterior à guerra. [...] Há a lembrar ainda a guerra submarina que reduziu consideravelmente o tráfego marítimo. Essa situação resultará em grandes privações, particularmente sensíveis no que diz respeito aos combustíveis, com a drástica redução das importações de derivados do petróleo e de carvão; bem como ao trigo. E ao mesmo tempo que se acelerava, para substituir aqueles combustíveis, a devastação de matas para extração de lenha e carvão vegetal, começa a se desenvolver em algumas regiões do país, como em São Paulo, e particularmente nas proximidades da capital, uma atividade quase nova entre nós, a silvicultura, destacando-se a do eucalipto”. Em: PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 302.

aquecido¹⁶. Conforme a situação de guerra se instalara, um novo equilíbrio provisório toma conta, com grandes sacrifícios suportados pelo país, que representaram um progresso - ainda que às custas do povo, com restrições alimentares e os surtos inflacionários - vindo somente a gozar de benesses as classes dominantes. A oferta insuficiente das mercadorias, dada redução de importações e aumento de exportações para atender as nações estrangeiras trazem resultados nefastos aos preços, com defasagem salarial e perda de poder aquisitivo, contrastado pela acumulação capitalista dos donos dos meios de produção.

O considerável enriquecimento das classes possuidoras (ou melhor, de alguns de seus setores mais bem situados para se prevalecerem da situação) ainda é fomentado pela valorização da propriedade imobiliária, sobretudo a urbana (reflexo da diminuição do poder aquisitivo da moeda, bem como do desenvolvimento dos centros urbanos) e pela intensa especulação que caracterizou a vida financeira do Brasil (e a administrativa e política também...) no correr da guerra. Esse momentâneo equilíbrio e artificial prosperidade começaram a declinar na medida em que desaparecem as circunstâncias extraordinárias que os tinham provocado. As antigas contradições que solapavam a economia brasileira, um instante disfarçadas, voltam à tona, muitas delas agravadas; e outras novas se vêm acrescentar a elas, aprofundando-se em consequência, consideravelmente, a crise em geral do sistema, já agora com grandes repercussões na vida política e social do país. (IBIDEM, p. 304).

Com o fim da guerra, as exportações já não se comparam com o aumento das importações, com avanço em reposição de materiais desgastado e não substituído (material ferroviário, equipamentos industriais em geral, etc), bem como importações de luxos referentes a classes possuidoras, com gastos de viagens e turismo pesando na balança comercial. Ademais, gastos tidos como evasão de divisas com compras sem pagamento de taxas alfandegárias, conforme assinala Prado Jr., um fator de desequilíbrio que força o governo a tomar medidas fiscais e monetárias:

Em 1947, o valor das importações ultrapassa o da exportação, deixando um déficit de US\$ 55 milhões. Nos anos seguintes a situação do balanço comercial melhora ligeiramente, deixando em 1948 e 1949 saldos respectivamente de 88 e 17 milhões. O que é largamente insuficiente para fazer face aos compromissos financeiros no exterior (em particular os serviços da dívida externa e dos capitais estrangeiros aplicados no país). Nos três anos referidos (1947-49) o déficit de nosso balanço de contas sobe, no total, a mais de US\$ 355 milhões, que serão cobertos com empréstimos oficiais e afluxo de novos capitais estrangeiros que representarão maiores encargos para o futuro e para

16. A indústria brasileira não será aliás solicitada unicamente pelo mercado interno; alguns de seus setores mais desenvolvidos e habilitados (como em particular a de tecidos de algodão) encontrarão também alguns mercados externos como nos países da América Latina e na África do Sul, às voltas com as mesmas dificuldades de abastecimento que nós. Os próprios Estados Unidos se tornam grandes importadores de tecidos brasileiros. A exportação de tecidos constituirá mais um elemento ponderável de reforçamento de nosso balanço comercial, chegando a figurar em segundo lugar na pauta de exportações, depois do café, com uma participação no total exportado de quase 14% (1943). PRADO JÚNIOR, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 303.

sua operação assim como novos drenos apostos às depauperadas finanças brasileiras, aumentando ainda seu desequilíbrio. O desequilíbrio provocado pelo bloqueio das moedas de que possuímos maiores saldos acumulados durante os anos de guerra, resultantes de uma balança mercantil favorável (Grã-bretanha, França, etc). (p. 305).

Em contrapartida, o Brasil foi beneficiado com as consequências político-econômicas decorrentes do Plano Marshall, para reerguimento da Europa no pós guerra foi manejado em grande parte favorecendo credores internacionais, como foi o caso da aquisição de empresas rodoviárias (a antiga São Paulo Railway, hoje Estrada de ferro Santos-Judiai; a Leopoldina Railway, a Great Western, etc), bem como sucederam-se atrasos comerciais e débitos por países sem condições de saldar dívidas. “ Em 1947, esses atrasados cifram-se em US\$ 82 milhões, com grande dano para o nosso crédito comercial no exterior. Muitos fornecedores suspendem suas remessas para o Brasil; e diferentes indústrias são obrigadas a reduzir o ritmo de produção se não paralisarem suas atividades por falta de matérias-primas importadas” (p. 306). Entra em cena o nacionalismo estatizante, com o deslocamento das decisões de poder, conforme Furtado, de fora para dentro do país. Uma das contrapartidas foi a aquisição da CSN em Volta Redonda, bem como a nacionalização de serviços de água, luz, gás e petróleo, que remontam de tal época.

Com efeito, foram tomadas medidas como o estabelecimento de maior rigor nas importações, com a Lei 262 de 1948, que estabelecia o sistema de licenças para importações. “Obtém-se com isso uma dosagem das importações que permitiu conter a expansão verificada nos anos anteriores e mesmo alcançar uma certa redução de que resultaram os pequenos saldos já referidos nos anos seguintes (1948-49)” (p. 307).

Não se fez isso, todavia, sem pesados sacrifícios, pois as restrições à importação, sem dúvida necessárias no que diz respeito ao esbanjamento presenciado nos anos que se seguiram imediatamente à guerra (e que a política oficial favoreceu abertamente e em muitos casos até estimulou), vão atingir também importações essenciais ao desenvolvimento do país. Para esse desenvolvimento e em muitos casos para a simples reposição de material produtivo desgastado (é o caso em particular das estradas de ferro), o Brasil exigia importações de vulto que a situação de nossas contas externas comprometia gravemente. Além disso, a drástica restrição às importações e pois à concorrência de manufaturas estrangeiras importadas, estimula a alta de preços e o ritmo do processo inflacionário que vinha do período de guerra e a que já se fez referência. Será esse fato, daí por diante, um dos principais fatores imediatos da precipitada inflação e desvalorização da moeda brasileira que se prolongam até hoje com graves perturbações de normalidade econômica do país; e que atingem sobretudo e tão pesadamente as camadas menos favorecidas da população brasileira (p. 307).

No final da década de 1940, o mercado global viria com um alívio face a valorização de matérias primas, com nova ameaça armamentista, trazendo a reboque a valorização do café, que viria juntamente com os gêneros alimentares, com “saldo comercial de 1950

vultoso, cerca de US\$ 300 milhões, reequilibrando-se em consequência as contas externas do país. Essa situação coincide com o início do novo governo do presidente Getúlio Vargas (empossado 31 de janeiro de 1951)” (p. 307).

Com o novo governo Vargas haveria o fomento à atividade industrial, com a volta da abertura para importação de equipamentos industriais, matérias-primas e semiprocessadas. Com isso, ocorre uma remodelação profunda da economia brasileira, todavia com desenvolvimento ainda precário da indústria em expansão ao seu modo, com incertezas sobre a continuidade do projeto para o país.

Ao contrário disso, a administração federal se louvou quase exclusivamente nos estímulos imediatistas e nas diretrizes da iniciativa privada no mundo dos negócios, limitando-se a presidir a uma liberal, generosa e não raro venal e corrupta distribuição de licenças prévias para importação daqueles artigos que momentaneamente oferecessem aos felizes beneficiários maiores perspectivas de fáceis lucros imediatos e, em boa parte, quase puramente especulativos. A política do governo, se de um lado inspirou acertadamente na necessidade de promover o processo de industrialização do país, fracassou por outro na realização de seus objetivos declarados, pois levou o país à gravíssima situação que logo veremos e que resultou afinal na agravação dos desajustamentos que vinham acompanhando a vida econômica brasileira e que tão fortemente oneravam a grande massa da população (IBIDEM, p. 308).

Esse novo ânimo do começo dos anos 1950 representou uma breve melhora devido ao aumento dos preços de exportação, com momentânea prosperidade em setores da indústria.

As inversões atingem em 1952 a elevada cifra de 21,7 bilhões de cruzeiros (não se esqueça que o cruzeiro tinha na ocasião mais de 120 vezes o valor aquisitivo que tem hoje (1970). Logo viria, contudo, o reverso da medalha. Já em fins de 1952 a situação se apresentava catastrófica. O desequilíbrio da balança comercial que em 1951 (depois do grande saldo referido de 1950, de quase US\$ 300 milhões) resultara no déficit de US\$ 197 milhões, alcança em 1952 um recorde que deixa muito longe todos nossos déficits anteriores; 541 milhões. Em consequência, acumulam-se os atrasados comerciais que atingem outro nível recorde: Cerca de 500 milhões (p.308).

Com isso, acelera-se o processo inflacionário, com emissões feitas para cobrir despesas públicas, provocadas pela inflação, num efeito de ciclo vicioso. Esse processo autoestimulante se prolongaria até o final do século XX, com picos e expurgos, cortes de zeros da moeda e sistemas de correção monetária ou gatilhos salariais¹⁷.

O caso da política cambial estabelece capítulo à parte, com autorização de divisas de exportações que cobririam as remessas financeiras ao exterior, na balança comercial. Seguiam as importações sujeitas à licença prévia, com a busca para atingir o equilíbrio

17. Conforme Bóris Fausto (1975, p. 250), “ O ano de 1953 abre-se com perspectivas não muito animadoras para Getúlio. O aumento do custo de vida inquietava, não apenas os operários , mas também as camadas médias urbanas, de onde proviera boa parte da votação de Vargas em 1950. Urgia uma mudança de orientação na política econômica, a aplicação de um programa antiinflacionário até então ausente das ações governamentais neste campo [...]”

das contas. “De outro lado, estimulava-se o afluxo de capitais estrangeiros, pois eram eliminadas quaisquer restrições opostas à remessa de juros, dividendos e outras formas de remuneração daqueles capitais, bem como ao retorno deles ao país de origem, pois essas remessas se fariam sem limitações pelo mercado livre de câmbio” (p.309). Concessão de cunho colonialista que expressa, segundo o autor a mentalidade imperialista dominante em nossa realidade. Segundo Bóris Fausto (1975, p. 260), igualmente, “os êxitos do desenvolvimentismo de Juscelino deixaram para os anos subsequentes o ônus de uma violenta crise, finalmente, verificar como o jogo político e partidário, necessariamente ao funcionamento do pacto populista esgota suas margens de manobra a partir de 1962”.

A importância do regime cambial foi reconhecido pela instrução n. 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que estabelece taxa oficial para importações e exportações. “O regime da Instrução n. 70, confirmada pela Lei n.2 de 29 de dezembro de 1953, se manteve em suas linhas gerais e essenciais até 1961, quando é estabelecida, praticamente em sua integridade a liberdade cambial” (p.310). Ressalte-se que a Carteira de Exportação e Importação (Cexim) deu margem à corrupção e favorecimento patrimonialista, com distribuição de licenças para apadrinhados e especuladores. “Essa excepcional conjuntura favorável da exportação brasileira leva aos leilões de câmbio instituídos pela Instrução n. 70, largas disponibilidades de divisas, o que provoca um forte impulso da importação. Na segunda parte do ano, contudo, a situação se inverte por efeito das boas perspectivas, efetivamente verificadas, da nova safra cafeeira. A isso se aliava a forte campanha nos Estados Unidos contra a alta do café” (p.312).

Nessas condições, as importações se fazem, em grande número de mercadorias, praticamente proibitivas. Esse é particularmente o caso de equipamentos industriais, o que era sumamente grave, pois comprometia de maneira muito séria o futuro desenvolvimento econômico do país e colocava a indústria e a iniciativa propriamente nacionais em posição francamente desvantajosa em frente aos empreendimentos no Brasil de capitais e trustes internacionais. Em face dessa situação e do grave desequilíbrio de nossas contas externas, a política oficial, em vez de extrair da experiência a devida lição que mostrava de forma tão patente a necessidade de resguardar a economia do país contra os azares da liberdade comercial sem freios e procurar o necessário equilíbrio dela pelo rigoroso disciplinamento do comércio exterior, em vez disso, lança novamente mão do velho arsenal colonialista, procurando a solução do problema no estímulo ao afluxo de capitais estrangeiros, o que traria, alegava-se, não somente, a devida correção do desequilíbrio das contas externas, como ainda favoreceria, pelo impulso da iniciativa de empreendimentos estrangeiros, a industrialização brasileira. [...] E como ingenuamente (ou por outro motivo qualquer) afirmaria mais tarde o Conselho Nacional de Economia justificando as medidas adotadas, “Depois de certo tempo, o capital estrangeiro tende a ser absorvido pelo nacional. É exatamente o contrário que ocorrerá, como logo veremos [...] Pela Instrução 113, baixada pela SUMOC em 17 de janeiro de 1955, a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil era autorizada a emitir licença de importação de natureza cambial (isto é, sem licitação prévia nos leilões de câmbio), de

equipamentos industriais que correspondessem a inversões estrangeiras. Praticamente, isso dava aos inversores estrangeiros o direito de trazerem seus equipamentos sem nenhuma despesa cambial, enquanto os industriais nacionais eram obrigados a adquirir previamente, com pagamento à vista, as licenças de importação exigidas para trazerem do exterior os equipamentos de que necessitassem. [...] Será aliás essa associação o caminho adotado por muitos industriais brasileiros, e entre os maiores e principais, para eludirem a posição desfavorável em que os colocara a Instrução n. 113. Por intermédio de seus novos associados, beneficiavam-se dos favores concedidos a estes últimos. Acabarão mesmo tirando vantajoso partido da situação, porque embora perdessem com a associação sua anterior e completa independência e autonomia, terão resolvidos seus principais problemas financeiros e técnicos com os grandes recursos de seus novos sócios, o que lhes permitirá crescerem e prosperarem muito além daquilo a que poderiam isolados, aspirar. Quanto aos empreendimentos estrangeiros, a associação com nacionais lhes facilitará a tarefa e abre caminho mais cômodo e politicamente seguro para sua penetração na economia brasileira. E isso sem maior risco. [...] são as empresas brasileiras que se dissolvem dentro das grandes organizações financeiras internacionais; e poucos a indústria brasileira evoluiu para a situação que se verá reduzida. [...] Acentua-se com isso a deformação do processo de industrialização do Brasil; e os vícios que marcam o início do processo e que já assinalamos anteriormente, se agravam e aprofundam ainda mais. Observe-se desde logo que o progresso da penetração imperialista na economia brasileira, longe de trazer com o concurso de capitais, com que aparentemente contribui, um desafogo às nossas finanças externas, como se julgava, tendo pelo contrário a agravar o desequilíbrio (p.314).

4 I ASPECTOS CRÍTICOS DAS LINHAS DESENVOLVIMENTISTAS E OS RUMOS ECONÔMICOS DO PAÍS

Cada linha em seus aspectos utilizaram instrumentos para dosagem de políticas macroeconômicas de controle das contas públicas. Conforme Bresser Pereira, são três ideologias possíveis, o neoliberalismo clássico, o liberalismo intervencionista tecnocrático-militar e o nacionalismo desenvolvimentista. Segundo o autor, “ são ideologias que podem ter vigência, que podem ser definidas por seus propugnadores e eventualmente transformar-se em ideologia de Governo, na medida em que se tornem politicamente vitoriosas” (PEREIRA, 1987, p. 175).

As inversões de capital estrangeiro, não são solução mas agravam as causas de desequilíbrio de contas externas de nosso país. Momentaneamente, podem ter servido para períodos excepcionais, com reforço de finanças externas, mas foram condicionantes da situação que se avizinhou posteriormente. “Isso porque a natural expansão das empresas imperialistas instaladas no país, e portanto a ampliação de seus negócios e lucros, levam a um aumento de suas remessas para o exterior. Ao mesmo tempo, isso contribui para desestimular novas inversões, pois aquelas remessas se fazem mais difíceis”. Conforme o autor, tal modo de operação já foi adotado quanto a “recurso a financiamentos, empréstimos

e moratórias, não pode evidentemente ser considerado permanente e não resolverá nunca, em definitivo a situação” (p. 316).

Portanto, sob um ótica de crítica histórica da economia do país, o fenômeno decorre do agravamento do balanço das contas externas, com consequências que aprofundam a crise. “um processo cumulativo e autoestimulante que se acentuará na própria medida e por efeito imediato de seu novo desenvolvimento. [...] no seu conjunto, o nosso balanço anual de contas externas (balanço comercial e financeiro) se vem saldando quase invariavelmente com pesados déficits (p. 317)”. A desvalorização monetária do Cruzeiro seguiria tal caminho, a partir da segunda guerra mundial, agravada por diferentes fatores, com o desequilíbrio das contas externas e a necessidade da dosagem de importações. “A inflação de preços, que se vem acelerando cada vez mais, constitui certamente um dos traços essenciais da evolução econômica brasileira em todo período que temos sob as vistas. [...]” (p. 318).

É a indústria, favorecida não somente pela política oficial (na qual os interesses de grupos financeiros ligados às atividades industriais começam nitidamente a se fazer sentir, como foi notado), em particular por meio das facilidades de financiamento proporcionadas direta ou indiretamente por organizações oficiais; por favorecida também por contingências determinadas pela possibilidade de substituir com produção interna, bens cuja importação se tornara proibitiva por efeito da situação precária do balanço das contas externas, é a indústria que mais se beneficia com a forte corrente de inversões determinada pelo incremento da capitalização verificada. É essa circunstância, aliada à já referida ampliação do fluxo de capitais e iniciativas de empreendimentos estrangeiros, que constitui o principal fator determinante do grande impulso industrial de que o Brasil foi teatro no pós-guerra, quando o volume físico da produção mais que triplicou entre 47 e 61. Bens de produção: maquinaria, motores, material elétrico e equipamentos industriais em geral; e mais toda uma gama de complexo bens duráveis, principalmente veículos motores (p.319).

Outro setor citado pela obra de Caio Prado Jr. diz respeito à iniciativa estatal, como braço desenvolvimentista Keynesiano, com setores fundamentais a serem fomentados, como por exemplo a fundação da usina da CSN Volta Redonda. A Lei do monopólio estatal do Petróleo foi uma conquista para a perseguição da autonomia estratégica de combustíveis.

Mais exemplos desenvolvimentistas são referentes à manufatura nacional, com o ritmo acelerado da década de 1950, com tropeços nas décadas posteriores. Pois, “a indústria brasileira, em geral surgida e se desenvolvendo por força de circunstância ocasionais derivadas de embaraços opostos às importações (seja por efeito das grandes guerras mundiais, ou em consequência das dificuldades cambiais)”(p. 322). O imperialismo do velho sistema colonial baseado em exportação de produtos primários se mostra em *trustes* existentes em determinados, “com os setores estratégicos da indústria brasileira cada vez mais penetrados e dominados por empreendimentos internacionais” (p.327), bem

como o exemplo o exemplo de modelo de fomento vislumbrado e ensaiado no caso do BNDS.

Realmente, a industrialização brasileira não se apresenta ainda até o momento, como um verdadeiro processo, que deve ser, de elevação do nível tecnológico geral e de conjunto do país no qual se inserisse a produção industrial como instrumento daquela elevação. A industrialização somente fará isso e integrar-se-á efetivamente na vida brasileira tornando-se um fator orgânico de seu progresso, quando se desenvolver na base da introdução extensiva da técnica moderna nas atividades econômicas em geral da população do país; quando se puser a serviço da solução dos problemas fundamentais do Brasil, aqueles mesmos que os povoadores vêm enfrentando no curso da história brasileira e ainda enfrentam com técnicas de baixo nível apenas levemente tocadas pelas conquistas do conhecimento moderno (p.331).

Portanto, questionando-se sobre as causas das discrepâncias da nossa realidade para com os modelos percebidos em países desenvolvidos, vide nações ricas, vê-se que “a moderna evolução econômica nos países industrialmente avançados constitui neles um processo que a atividade industrial se fez sempre e desde logo, poderoso fator determinante e impulsionador de novas atividades” (p. 332). Ou seja, a economia vai se autofomentando com criação de meios de transporte, novos negócios, expansão da infraestrutura e entrosamento econômico natural. Já em países como o Brasil a exploração colonial e os interesses de potências externas sempre fez com que não houvesse esse entrosamento, e as coisas sempre aconteceram ao acaso ou, seguindo os interesses de terceiros.

Em suma, o problema da indústria brasileira está sobretudo na natureza do seu mercado, que não é apenas quantitativamente acanhado por força do baixo padrão dominante do país, mas sobretudo qualitativamente mal disposto e coordenado por efeito da defeituosa estruturação da nossa economia, que organizada essencialmente como fornecedora de produtos primários para os mercados exteriores, não se apoia e articula nas necessidades e atividades essenciais da massa da população brasileira e do país em geral. Sem um largo mercado em que aquelas necessidades e atividades se intercomunique e entrossem estreitamente entre si, estimulando-se mutuamente, não haverá como esperar um desenvolvimento industrial de amplas perspectivas, propagando-se e difundindo extensiva e intensivamente pelo conjunto da coletividade brasileira. [...] De modo geral, prosseguiu e prossegue ainda a expansão geográfica da ocupação rural, como particularmente, com alguma intensidade e expressão econômica, na região limítrofe dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, no sul de Goiás, nos estados meridionais, sobretudo no extremo oeste deste último, e com o impulso provindo daí, no noroeste do Paraná e sul de Mato Grosso. [...] A base essencial da economia agrícola brasileira, bem como da própria riqueza do país tomada em conjunto, se encontra naquela atividade pioneira de desbravamento; e se sustenta assim, em última instância, à custa sobretudo da ocupação de terras novas (p. 334).

Nos últimos tempos, o aumento da pecuária é notável como setor de negócios, com aumento de consumo da carne, culturalmente, bem como seus derivados e leite. ”Como

resultado dessa transformação, assistimos à extensão de pastagens por terras, inclusive de primeira qualidade, antes ocupadas pela agricultura. Tal fato, se representa uma solução para grandes propriedades decadentes e em crise, significa doutro lado um nítido retrocesso econômico” (p.336). Afora tais aspectos negativos, revela-se a construção de um mercado interno de grande proporção, com atividade produtiva também crescente, com “(abate, industrialização da carne, distribuição e comércio), aquele fato ganha considerável relevo, pois nele se estrutura um conjunto de atividades econômicas de largas perspectivas onde em contraste com o sistema colonial de economia, produção e consumo se integram nacionalmente. Isto é, em que se conjugam, num sistema nacional íntima e totalmente entrosado, as diferentes atividades ligadas à produção e ao consumo” (p.338).

Neste setor da agropecuária, a superação do sistema colonial mais se afirma, é numa série de atividades de grande especialização e relativo alto nível tecnológico que atingiram grande vulto nessa última fase da história econômica do Brasil que vimos considerando, como a fruticultura, a vinicultura, as culturas hortenses, a avicultura e a produção de leite e derivados, que vêm assumindo em certas regiões, particularmente no sul do país e em São Paulo muito destacadamente, uma importância considerável. [...] O sistema colonial da economia brasileira, também no setor da agricultura onde ele tem suas principais raízes abre-se em brechas por onde penetram e em que se estabelecem os elementos renovadores da velha estrutura, substituída gradualmente por uma organização econômica que seja função das necessidades próprias do país e capaz, por conseguinte, de atender efetivamente ao bem-estar e à prosperidade de seus habitantes (p. 340).

5 I CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do presente artigo, compreende-se a evolução da conjuntura político-econômica do Brasil, a partir de um capítulo representativo da história, enquanto cenário e campo de embate entre o poder existente ao longo das gerações até os dias de hoje. Trata-se de estudo vivo com lutas sociais marcantes e disputas em permanente movimento por entre relações ideológicas das correntes que exercem forças de influência sobre a sociedade.

Com efeito, mais do que acatar um dos lados ideológicos do perfil desenvolvimentista de atuação política (mais ou menos liberal - hoje, questiona-se até acerca moralidade de costumes!), trata-se da postura cidadã de brasileiros em momentos de debate e participação em janelas de paradigmas democráticos, de obrigatória reflexão, acerca do projeto de país a ser construído para a plenitude de um futuro para nossos filhos. Portanto, é patente a necessidade do estudo de tais fatores e circunstâncias que levaram a nação à realidade na qual se encontra - eis a motivação para o aprofundamento do debate pela construção de um futuro melhor.

A compreensão de tais aspectos revela traços sociológicos de um povo em conflito constante consigo mesmo e o desafio de assumir uma postura protagonista no cenário

internacional. Não obstante o passado colonial e a subserviência aos interesses do capital dominante, deve-se aprender conforme o que já foi ultrapassado, bem como encarar de frente a realidade na qual estamos inseridos.

O Brasil representou em priscas eras um lugar que sempre serviu para interesses externos, inicialmente mediante fornecimento à Europa, posteriormente aos EUA, majoritariamente. São visões alcançadas, como a inspiração social da Era Vargas, o desenvolvimentismo de Juscelino ou o ciclo das *commodities* surfado pelos governos do PT, com ganhos populares. Nas últimas décadas, a economia se dinamizou externamente, com interação maior com a América Latina, Ásia e África. O desenvolvimento interno, portanto, nesse prisma representou amplitude maior do consumo interno e da ascendência da nova classe média, repentinamente podada com a manipulação de forças que subverteram as jornadas de 2013, o que culminou no *impeachment*, e o advento de uma nova égide.

Atualmente, atravessamos um novo paradigma tecnológico que revoluciona os fatores produtivos de geração de capital. Aqui, novamente, trata-se da absorção de padrões avançados de logística, consumo e liquidez de capital. Somos chamados a enfrentar a liberalização das relações trabalhistas e a livre iniciativa na forma da *ubberização* da mão de obra, rumo à inteligência artificial e ao iminente repensar das dinâmicas dos postos de trabalho. Um cenário de proletarização digital e anti *welfare state*, com surpreendente apoio da classe média.

Mais uma vez, os grandes grupos econômicos avançam em suas estratégias pasteurizadas de dominação capitalista. E de novo, vive-se um momento de tensão perante tal disrupção da economia e o perecimento de direitos, eventualmente seguido de nova onda de inversões monetárias e readequação cambial.

De outra banda, renovados os desafios na construção de marcos axiológicos para proteção da cidadania e dos interesses do povo brasileiro no campo das conquistas sociais já alcançadas. Contudo, não se deve descuidar dos avanços produtivos da civilização global. É preciso encontrar o ponto de equilíbrio entre as inovações do capital que traz o progresso e a preservação do ser humano, ator e protagonista cidadão das nossas riquezas. Conciliar os interesses de oligopólios em busca de lucro com a visão de sociedade de bem-estar da nação deve ser fonte de ponderação, ainda que afastados de uma possível interseção.

Enquanto o ponto certo de condução de nossa política e economia não detiver tal equidade, seguiremos cambaleantes e sob a supervisão das grandes corporações e órgãos financeiros internacionais, nem sempre em prol de nossos nacionais. Devemos perseguir tomar as rédeas das próximas gerações de conhecimento, com a abordagem nacional à frente das demais, visando o bem-estar equilibrado de nosso povo, considerando-se os interesses macroeconômicos em jogo no tabuleiro global.

REFERÊNCIAS

BAGNOLI, Vicente. **Direito econômico**. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Direito Econômico e Concorrencial**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro, vol. I**. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro, vol. II**. São Paulo: Globo, 1975.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira: O Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)**. São Paulo: Difel, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração Pública 22, 23, 26, 27, 31, 32, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 66, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 89, 90, 91, 93, 96, 97, 101

Ambiente Acadêmico 169, 214

Atividade Legislativa 124, 128

Atuação Estatal 104

Audiência de Custódia 173, 174, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 184, 185

C

Cidadania 2, 20, 26, 28, 30, 33, 115, 116, 117, 119, 160, 169, 178, 191, 193, 204, 224

Conhecimento 18, 20, 25, 72, 81, 86, 97, 98, 101, 120, 123, 168, 169, 194, 195, 196, 203, 204, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 225, 226

Contratações Públicas 88, 89, 90, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101

Controle 16, 22, 23, 25, 26, 31, 32, 33, 51, 66, 69, 77, 95, 98, 105, 110, 129, 163, 166, 167, 192, 215, 216, 219, 224, 227

D

Dano 13, 67, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 83, 181

Defensoria Pública 173, 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186

Democracia 9, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 102, 112, 120, 121, 137, 139, 144, 146, 147, 149, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 222, 223, 225, 226, 227, 228

Discrecionalidade 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 45, 47, 49, 51, 55

E

Estado Democrático de Direito 2, 24, 31, 33, 40, 47, 48, 57, 71, 142, 143, 176, 222, 237

Estado Laico 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 152, 154, 155, 157, 158

Extensão Universitária 225

F

Frente Parlamentar Evangélica 137, 138

G

Grupos Minoritários 112, 113, 116, 117

H

Humanização 190, 229, 230, 231, 233, 234, 235, 237, 239, 240

I

Imprescritibilidade 65, 67, 68, 69, 70, 71, 76

Industrialização 1, 3, 7, 14, 15, 16, 18, 19

Informação 28, 57, 95, 98, 193, 199, 210, 211, 222, 225, 226, 227, 228

M

Manifestação de Ideias 214

Meios Consensuais 53, 54, 59, 61, 62, 63

Moralidade Administrativa 30, 65, 66, 69, 70, 71

Mulher 105, 111, 114, 115, 116, 160

P

Patrimônio Público 30, 67, 68, 70, 73, 74, 76, 79, 80, 82

Poder 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 36, 42, 43, 46, 47, 48, 49, 50, 56, 63, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 88, 90, 94, 95, 99, 100, 107, 108, 110, 113, 115, 117, 118, 124, 127, 128, 133, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 153, 167, 170, 178, 215, 216, 217, 219, 221, 223, 224, 231

Processo Administrativo Disciplinar 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 77

Processo Político 26, 112, 113, 115, 117, 119, 120, 121, 122

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

Projeto Bem-me-quer 229, 233, 235, 236, 237, 238, 239

R

Representatividade 112, 113, 115

S

Saúde 109, 110, 115, 119, 150, 152, 159, 160, 163, 165, 167, 168, 170, 171, 200, 204, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240

T

Transição 1, 2, 5, 167

V

Violência Doméstica 159, 160, 166

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Cidadania, Poder e Desenvolvimento no Estado Democrático de Direito 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020